



Conforme publicação ocorrida no DOC de 27/12/2024, Edição Extra nº 326, foi atribuído a esta matéria o nº de LEI 18.221, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2024.

À Procuradoria,

Para as devidas providências,

Tendo em vista o **VETO PARCIAL**.

SGP-23, 06/01/2025

RAFAEL NASCIMENTO BARRETO
Supervisor de Finalização do Proc. Legislativo – Substituto